

RECRIAÇÃO CAMPONESA NO BOLSÃO/MS EM TEMPOS DE IMPÉRIOS DE PAPEL: ambiguidade e resistência

Rosemeire Apa. de Almeida¹

Resumo: O processo de territorialização do setor celulósico na região do Bolsão sul-mato-grossense é analisado neste texto como expressão do capitalismo extrativista via imposição de uma dinâmica territorial voltada à concentração de riqueza e subordinação da recriação camponesa. Em 2007, o referido processo inicia-se com a territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel, possível por meio da troca de ativos entre a Internacional Paper/IP e a Votorantim Papel e Celulose/VCP – atual Fibria. Ação que se consolidou, em 2011, com implantação de outro completo celulósico, a Eldorado Brasil, sob comando do grupo JBS. A implantação destas fábricas de pasta de celulose no Bolsão foi possível em virtude da velocidade de apropriação do território para o plantio de eucalipto - no período de 2005 a 2007 houve aumento de 83% dos eucaliptais em Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Setor Celulósico; Conflitualidade

Introdução

Para Petras e Veltmeyer (2014) e Bartra (2015b), a crise do capitalismo de 2008 é mais uma rodada de acumulação contemporânea do capital, estabelecendo-se não apenas pelas formas clássicas apontadas por Harvey (2005), mas, sobretudo, por formas de controle dos recursos naturais cuja raridade produz rendas, por tratar-se de bens finitos – recursos escassos que não podem ser produzidos pelo capital.

Para Bartra (2015b), essa realidade faz com que a análise da renda proveniente da terra, da água, do petróleo, dos minérios, por exemplo, seja até mais importante do que no tempo em que Marx escreveu – ou seja, a renda capitalista tem importância em proporção direta a sua escassez. Para o autor, a disputa pela renda da terra e outros recursos territoriais, enfim, pelos ganhos de acumulação com base em bens naturais, está na base da crise agroambiental – e civilizatória atual. Para Martins (1981), este comportamento revela a face rentista do capital, expressão do modelo brasileiro de acumulação capitalista cujo centro é a terra.

Posteriormente, Petras e Veltmeyer (2014) denominaram de capitalismo extrativista. Neste sentido, apontam que a estratégia de crescimento via reprimarização da economia

¹ Docente na UFMS/Campus de Três Lagoas. E-mail: raaalm@gmail.com

(RepE) – encaminhadas por governos de centro-esquerda na América Latina, representa a efetivação de contratos de longo prazo, e em grande escala, com corporações transnacionais, agentes principais deste constructo de crescimento baseado na dependência das exportações agro-minerais.

As vulnerabilidades deste meio de desenvolvimento são de muitas ordens, em especial aquelas produzidas pelo controle territorial com vistas à acumulação capitalista, e de poder, por parte das corporações transnacionais.

La concentración en la exportación de productos primarios ha estado acompañada de una creciente concentración de la propiedad, en especial por el capital extranjero en el sector extractivo, con frecuencia asociado con los tecnócratas del sector público con estrechas ligas pasadas y probablemente futuras con el sector privado. [...] La concentración de la propiedad esta íntimamente correlacionada con el crecimiento de megamillonarios y la concentración de la riqueza. Las firmas capitalistas y bancarias privadas de origen nacional se unen a las sociedades y se benefician de dar servicio a las firmas extractivas del Estado y de las CMN [Corporaciones Multinacionales]. Las CMN, los tecnócratas, casas de inversión, consultarías y banqueros se convierten en la nueva clase gobernante en los Reci [Regímenes de centro-izquierda]. (p. 3).

No caso brasileiro, o reencontro desta acumulação por meio da reprimarização se deu, em especial, pelo mercado de *commodities*. Situação sinalizadora de que o capital encontrou fôlego nos bens primários para sair da crise, em particular minérios, grãos, agrocombustíveis e celulose.

A presença do capital no campo não representa necessariamente a conversão completa dos capitais improdutivos (leia-se especulativos) em capitais produtivos, mesmo quando se trata do setor industrial como de eucalipto/celulose. Emblemático desta situação é a territorialização do setor celulósico em Mato Grosso do Sul, visto que se assemelha a reprimarização pela incompletude do ponto de vista da industrialização clássica: neste setor predomina (re)concentração da terra; elevado investimento com uso substancial do crédito público, escasso efeito multiplicador, posto que a agregação de valor é pequena (95% da pasta de celulose é exportada para fabricação de papel na Europa e na China); reduzida geração direta de emprego e centralização do capital.

A fim de se entender as contradições da Reforma Agrária no Bolsão/MS, é preciso recuperar, mesmo que de forma sucinta², o processo de territorialização do setor celulósico nessa região.

O Território Rural do Bolsão Sul-Matogrossense (Figura 1) foi criado recentemente³, de forma mais precisa em 2013, pelo ex-Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Compreende uma área de 45.929,9 Km², composto por oito municípios: Três Lagoas, Água Clara, Selvíria, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia e Chapadão do Sul.

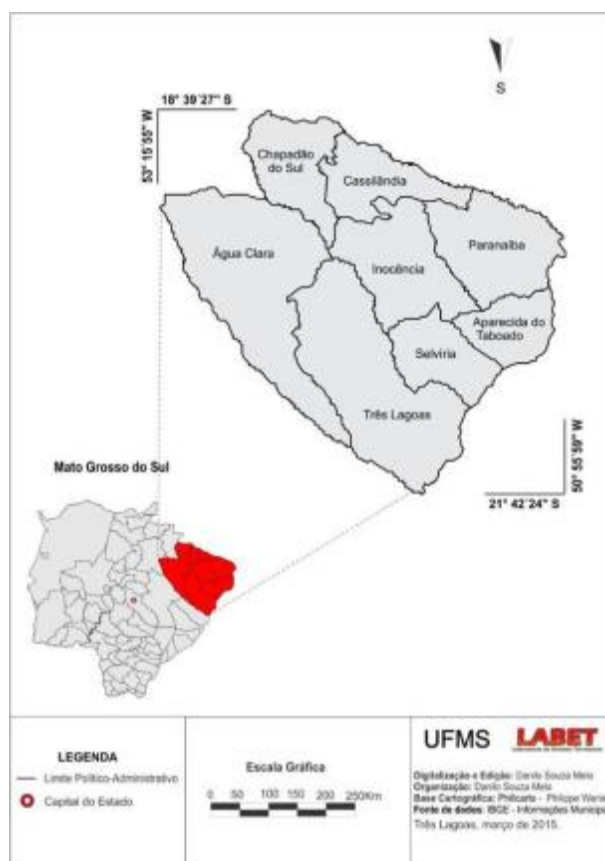


Figura 1 – Território Rural do Bolsão - MS
Fonte: IBGE – Informações Municipais, 2015. Melo, Danilo S. (Org.), 2015.

² A referência de análise é o processo que se inicia em 2007 com a territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel, possível por meio da troca de ativos entre a Internacional Paper/IP e a Votorantim Papel e Celulose/VCP. A respeito do plantio de eucalipto anterior a este período, consultar KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo Celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS.** 2011. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

³ A denominação “região do Bolsão” existe de longa data e uma das explicações para o surgimento do termo assenta-se na característica econômica dominante dos municípios que compõem a região, qual seja, forte tradição pecuarista que, no passado, determinava o preço da arroba do boi na região.

Os municípios vinculados ao Território do Bolsão têm economia baseada, principalmente, na atividade pecuária de bovinocultura de corte com forte concentração fundiária e absenteísmo⁴ (NARDOQUE, 2016). Nos últimos anos houve diversificação das atividades econômicas, principalmente com marcante presença de atividades industriais e produção de *commodities*. A partir de 2007, destaca-se, em termos de expansão da área plantada, o estabelecimento do agronegócio eucalipto-celulose nesta região. A articulação eucalipto-celulose permite a extração da renda e do lucro, causando mudanças territoriais de longa duração.

Devido a influência da indústria de papel e celulose, houve a expansão de eucaliptais por vários municípios, principalmente em Três Lagoas, Selvíria e Água Clara, modificando o perfil agrário (reconcentração de terras) e agropecuário, diminuindo consequentemente as áreas tradicionais de pastagens e de produção de alimentos de origem vegetal. Em todos os municípios do Território do Bolsão houve diminuição do efetivo bovino, principalmente em Três Lagoas, que, no período de 2005 e 2009, teve seu rebanho reduzido de 938.008 para 754.126 cabeças. Por outro lado, a área ocupada com plantios de eucaliptos alcançou mais de 100 mil hectares no referido período. (NARDOQUE, ALMEIDA, 2015a, p. 3-4).

Em 2009, este processo se consolidou com a entrada em operação da fábrica “Horizonte I” em Três Lagoas⁵ - articulando plantio de eucalipto, processamento da celulose e produção do papel por meio de parceria entre Fibria (resultado da fusão das empresas Votorantim Celulose e Papel e Aracruz Celulose, em 2009) e International Paper/IP. No entanto, segundo informação de trabalho de campo, a produção de papel a cargo da International Paper/IP representa 5% da celulose produzida na fábrica “Horizonte I”, para exportação segue 95%.

Nesta ação de territorialização do setor celulósico no Bolsão se junta, em 2011, a Eldorado Brasil (resultado da fusão das empresas Eldorado e Florestal Brasil) com sede também em Três Lagoas/MS. Embora sem tradição no mercado, a fábrica da Eldorado Brasil é a maior unidade de produção de celulose do mundo com capacidade para 1,5 milhão de tonelada/ano de celulose, tendo como principal acionista a holding J&F Investimento (da família Batista controladora do grupo JBS – em setembro de 2017 a família Batista vendeu as

⁴ Refere-se a situação em que os proprietários fundiários não residem no município onde se localizam suas propriedades rurais, como Três Lagoas, com mais de 70% de absenteísmo. No Bolsão, em muitos municípios, os proprietários fundiários residem em municípios paulistas.

⁵ A partir de 2010 a empresa inicia a expansão – no Território do Bolsão/MS – de seus investimentos com a construção, no município de Três Lagoas, de uma nova fábrica denominada “Horizonte II” de linha contínua celulose-papel que entrou em operação em Agosto de 2017 com capacidade prevista de 1,7 milhão ton./ano/celulose.

ações da Eldorado para a Paper Excellence (PE), empresa com sede na Holanda que pertence ao grupo asiático Widjaja).

A implantação destas fábricas de pasta de celulose no Bolsão foi possível em virtude da velocidade de apropriação do território para o plantio de eucalipto⁶ - no período de 2005 a 2007 houve aumento de 83% dos eucaliptais em Mato Grosso do Sul. Em suma, a expansão do setor celulósico tem representado a sobreposição de um uso da terra (o eucalipto) em relação a outros modos de vida – a estratégia essencial desta sobreposição é invisibilidade dos sujeitos⁷. Todavia, a figura 2 traz marcas no Território que questionam a monocultura e a propalada “vocação florestal”, visto que há nele comunidades rurais, assentamentos de Reforma Agrária e Crédito Fundiário – mesmo que em termos quantitativos essa realidade camponesa seja um grão no deserto do eucalipto, ela   a presença inc moda.

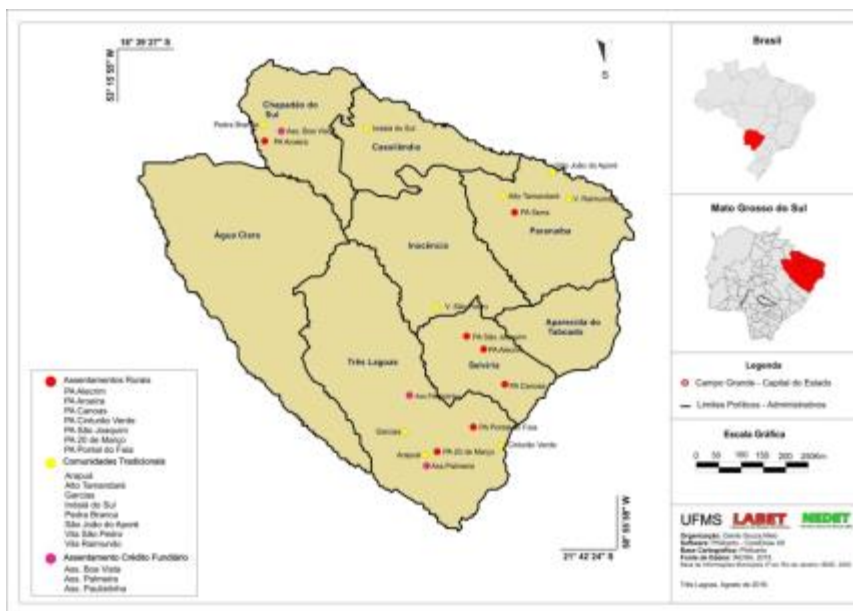


Figura 2: Comunidades camponesas no Bolsão-MS
 Fonte: INCRA, 2015. Melo, Danilo S. (Org.), 2016.

⁶ A título de exemplificar a importância dada ao projeto da eucaliptização, veja-se o ritmo de expansão do eucalipto e da Reforma Agrária em MS. Segundo dados do Dataluta (2012), a Reforma Agrária no MS, no período de 1979 a 2011 – 32 anos, conquistou 699.511 ha para implantação de 199 projetos onde vivem 32.451 famílias. Por outro lado, a Fibria, de 2007 a 2011 – quatro anos, apropriou-se de 317 mil ha no Bolsão (o que equivalente a quase 50% da área conquistada para a Reforma Agrária).

⁷ No Distrito de São Pedro, município de Inocência, em 2016, a festa da Nossa Senhora da Abadia completou 120 anos, situação social indicadora de usos seculares do território do Bolsão em favor das comunidades rurais, em contrapartida o setor eucalipto-celulose-papel tem uma década.

Cientes da conflitualidade entre lógicas distintas no Território do Bolsão, os capitalistas do setor buscam por meio de ações sociais adiar a emergência do embate territorial expresso na paisagem, bem como atender exigências de responsabilidade social previstas nos financiamentos públicos ao setor. Porém, há evidências da contradição territorial expressa na Reforma Agrária sitiada, tanto pela imposição do modelo agrícola convencional de manejo nos eucaliptais, com uso do pacote químico, como pelo isolamento dos assentados fruto da especulação da terra – situação que impõe limite à desapropriação e conquista de novas áreas de assentamento.

Mas a emergência de usos distintos parece não bastar, uma vez que o capital celulósico busca “harmonizar” de forma vantajosa as diferenças via cumprimento da responsabilidade social – como pressuposto de acesso aos financiamentos públicos e acomodação de conflitualidades.

Estas empresas do setor de celulose, que se estabeleceram na região Leste do MS, passaram a investir nos assentamentos por meio da implantação de benfeitorias, prática que as projeta, aos olhos das famílias, como parcerias da Reforma Agrária e o Estado, vilão. Estamos nos referindo particularmente à realidade vivida nos assentamentos Vinte de Março e Pontal do Faia, município de Três Lagoas; São Joaquim e Alecrim, município de Selvíria; e Pedra Bonita, município de Brasilândia. Nestas áreas conquistadas pelo povo, e que são bens públicos, pois a terra ainda pertence ao INCRA, as citadas empresas implantaram projetos voltados à produção de hortícolas, olerícolas, milho, abóbora, dentre outros. Todavia, a presença das empresas não se restringe à produção e assistência técnica. Há também projetos voltados para o campo educacional via construção de escola no assentamento, formatação de cursos de educação ambiental e ciclos de leitura. [...] Possivelmente, a principal explicação para este condicionamento reside na necessidade da empresa, perante aos órgãos financiadores, de rebater leituras críticas de que a expansão dos plantios de eucalipto produz, concomitantemente, redução na produção de alimentos articulado com a busca de minimizar futuras conflitualidades que venham ocorrer na região próxima de expansão dos cultivos – aqui nos referimos aos impactos anunciados por uma ampla bibliografia que, em resumo, se referem à contaminação de comunidades pelo uso de agroquímicos nas monoculturas, bem como a diminuição das águas subterrâneas. É certamente, a partir desta lógica, que é possível entender a declaração da Fibria acerca de sua meta de longo prazo: “atingir 80% de aprovação nas comunidades vizinhas e empenhar-se para que 70% dos projetos de geração de renda apoiados pela empresa tornem-se autossustentáveis⁸”. (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014, p. 03-04)

A reinvenção da dependência, espécie de “privatização da Reforma Agrária”, cumpre ainda a função de garantir a manutenção dos selos de certificação social da celulose, sem os quais dificilmente seria possível a reprimarização da economia em situação lucrativa, como é possível depreender deste relato:

⁸ Relatório Sustentabilidade 2012, FIBRIA.

A gente tá isolado aqui, abandonado pelo INCRA, então a ajuda da empresa veio calhar, em parte, né? Porque a gente tem aquele medo [...] a gente não entende bem das coisas. Aí cada um fala uma coisa [...] porque a empresa tem muito dinheiro, é uma empresa grande, pode pagar qualquer tipo de coisa, pode colocar energia pra gente, né? Mas a gente pensa também que ela pode comprar aqui [...]. Depois que a gente ficou aqui dois anos sem renda, a coisa apertou, então vamos arrumar serviço fora e o eucalipto é que tá sustentando a gente, então você tem raiva e ao mesmo tempo tem que ficar quieta. (Assentado no projeto “20 de Março” em Três Lagoas/MS. Entrevista concedida no dia 27/06/2012 a Rosemeire A de Almeida).

A interferência das papeleiras no modo de vida das populações rurais no Território do Bolsão vai muito além do aspecto produtivo e da exploração do trabalho, pois chega à educação escolar dos filhos dos camponeses⁹. Por meio da produção de material com cunho ambiental para uso nas escolas do campo, busca-se criar o que chamam de “cultura do eucalipto” visando melhorar a imagem do setor junto aos “vizinhos de cerca” – como são identificados os assentados no programa de sustentabilidade da empresa Fibria (2012).

Todavia, a aparente harmonia territorial no Território do Bolsão deixa entrever a inerente contradição que subjaz à instalação do setor celulósico, expressa, sobretudo, pela apropriação de um discurso agroecológico incompatível com a prática do setor, fortemente marcada pelo uso de agrotóxicos, aliado a crescente (re)concentração da terra. Em Três Lagoas, desde a fase de instalação as indústrias do setor celulósico (Fibria e Eldorado Brasil) expandem continuamente os plantios de eucalipto e isso contribui efetivamente para o aumento do preço das terras agrícolas e urbanas. Desta maneira, entende-se que há ocultamento daquele que é um dos maiores bloqueios à reprodução social das classes menos favorecidas no Território do Bolsão/MS, qual seja, a alta do preço das terras e a manutenção/intensificação da concentração fundiária no campo e na cidade – resultados da expansão do monocultivo de eucalipto (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014).

REPRODUÇÃO CAMPONESA EM TEMPOS DE IMPÉRIOS DE PAPEL: ambiguidade e resistência

⁹ A respeito, consultar: LEMES, Mariana Santos. **Territorialização do capital e as contradições da educação do campo na microrregião de Três Lagoas (MS)**. 2014. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

Como sinalizado por Scott (2000), na obra “Los dominados e el arte de la resistencia”, sociedades em que há discrepâncias nas relações de poder geram relações discursivas e práticas em que, geralmente, os dominados produzem formas cotidianas de resistência públicas ou ocultas próprias a cada grupo social – e que passam despercebidas à maioria da população.

Resistindo no cotidiano, os assentados aderem ao discurso da convergência ditado pelas papeleiras como meio para permanecerem na terra e, contraditoriamente, fazem emergir lógicas distintas de uso da terra que, na essência, negam o modelo de reprimarização da economia brasileira. Por isso, anunciam, por meio do seu modo de vida, a inexistência da homogeneização das relações capitalistas – logo, a conflitualidade que lhe é inerente.

A recriação camponesa não é um processo linear, pois no interior desta classe social ocorrem mediações econômicas e sociais resultando em diferenciação social, uma vez que os camponeses não constituem um modo de produção autônomo, ao contrário, a riqueza por eles produzida está sujeitada a apropriação capitalista. Sua distinção tem sentido na medida em que se distanciam dos proprietários capitalistas da terra, dos burgueses e dos operários pelo modo de vida constituído por capitais específicos – econômico, social, cultural e simbólico (BOURDIEU, 2000). Estes capitais específicos geram a diversidade social, econômica e cultural do campesinato brasileiro, porém essa diversidade não deve ser entendida como impedimento da universalidade conceitual da sua condição de classe (ALMEIDA, 2006).

Os capitais específicos atuam na estruturação do modo de vida cotidiano, enquanto a classe é condição de luta. Neste sentido, vejamos os apontamentos de Shanin a respeito da distinção entre modo de vida e classe:

Marx gostava da expressão “classe para si”. A questão não é simplesmente uma questão da posição da classe ou de sua situação objetiva em dada circunstância analítica, mas diz respeito ao que as pessoas fazem. A partir desse espírito, eu diria que para responder a pergunta sobre se os camponeses são uma classe, eu precisaria fazer outra pergunta: o que é que eles fazem? Não o que eles são, mas o que eles fazem. Porque é no fazer que as classes são definidas. Neste sentido, os camponeses russos de 1905 a 1907 pegaram em armas, lutaram e se tornaram uma classe. Sob opressão pesada, desistiram, mas, em 1917, lutaram de novo e ficaram na luta até 1922 e definitivamente formaram uma classe. E na atualidade, o campesinato russo é uma classe? Provavelmente não. Por quê? Não por sua definição analítica, mas pela realidade da inexistência da luta de classes hoje em dia. [...] Apesar do passar do

tempo desde quando eu o li pela primeira vez, ainda considero particularmente útil essa definição de Fei Hsiao-Tung: “campeinato é um modo de vida”. Daí, o quanto este “modo de vida” pode dar origem a uma classe, é uma questão que depende das condições históricas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não. (SHANIN, 2008, p. 36-37).

Os assentados da política pública de Reforma Agrária constituem, na maioria das vezes, considerando o processo de diferenciação social, um campeinato pobre. Sua recriação se faz, paradoxalmente, a partir da superação da perda da condição de camponês. O que implica, geralmente, um recomeço em situação de precariedade e dependência do Estado – que atua também como fiscalizador. Por sua vez, a ineficiência da política agrícola (para implementação das necessárias benfeitorias, ações de fomento e de crédito e regularização documental, como direito dos assentados)¹⁰, é a tônica explicativa da vulnerabilidade da Reforma Agrária diante da ação social de “ajuda” das empresas de celulose.

Ciente desta armadilha que prende o assentado a terra, as papeleiras, Fibria e Eldorado Brasil, transformaram a responsabilidade social em “ajuda¹¹”, escamoteando aquilo que é dever, em especial em atividades como esta, recebedora de vultuosos recursos públicos¹² e produtora de passivos ambientais de grande envergadura. Essa prática das papeleiras tem rebote na consciência camponesa, pois compreendem o que lhes é exigido: reciprocidade na figura do silêncio acerca dos possíveis danos causados pelo cerco do eucalipto. “O trabalho de dominação é tanto mais eficaz quando consegue que o dominado conceba seus próprios interesses como idênticos aos do dominante”. (GARCIA JR, 1988, p. 05).

Todavia, as contradições do discurso global da sustentabilidade do setor celulósico não resistem à realidade, explodindo no local, nos vizinhos de cerca que, neste caso, são os

¹⁰ A ausência de movimentos sociais combativos de luta pela terra no Bolsão-MS, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, é, também, elemento explicativo para a compreensão desta situação de precariedade dos assentamentos. A conquista dos assentamentos desta região foi mediada pela ação dos sindicatos de trabalhadores rurais, mediação cujo centro não era a luta pela terra (conflitualidade). A respeito do assunto, ver: ALMEIDA, Rosemeire A. de. **(Re)criação do campeinato, identidade e distinção**. A luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

¹¹ A respeito desta estratégia, ver: “Não é bondade, é devolução”, artigo de KUDLAVICZ, Mieceslau; MOTA, Juliana G. B., publicado no Jornal do Povo de Três Lagoas no dia 17/05/2008.

¹² A respeito, consultar: ALMEIDA, Rosemeire A. de. Territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul: sobreposição do uso da terra em relação a outros modos de vida. In: MENEGAT, Alzira S., PEREIRA, Veronica A. (Orgs.). **Movimentos sociais em redes de diálogos**: assentamentos rurais, educação e direitos humanos. Dourados: UFGD, 2013, p. 99-122.

assentados¹³. Esses agentes têm interesses iguais? É possível reciprocidade entre diferentes? Essa desigualdade de interesses não passa inteiramente despercebida aos assentados. Senão, vejamos: “não assinamos o contrato com a Fibria¹⁴, não dá certo compromisso assim, vai que no dia não tem toda a produção pra entregar [...] fica muito amarrado”. (Entrevista com assentado no PA 20 de Março, em Três Lagoas, concedida a Rosemeire A. de Almeida, em 02/08/2016).

Parte desta resistência pode ser compreendida nas considerações de Martins (1989), uma vez que o trabalho camponês não é abstrato, mero equivalente de salário, é concreto e se materializa na colheita que permite sua reprodução social, bem por isso a terra de trabalho é também de liberdade. Toda investida que coloca em risco essa utopia abre, contraditoriamente, brechas para a compreensão das violências que atravessam o sonho de emancipação na terra.

No começo a gente ficou entusiasmado com os contratos das empresas, o volume de compra das empresas é muito grande né, então fizemos as contas e teríamos sobras para reinvestir na produção, aumentar. Incrível, porque antes a gente fazia só para os gastos da família. Outra vantagem é que no inverno as vendas caem, mas as empresas continuam comprando. Então tem vantagens e desvantagens do assentado vender para as empresas, então valeu a experiência. A desvantagem é que a gente que é familiar não toca igual empresa. Quem está na Feira não quer sair, por quê? A Feira é dinheiro sem burocracia, e você aprende a lidar com o povo, você planta já pensando nesse cliente, se você fizer 300 reais no dia você já cobre uma despesa na hora. Queremos nos organizar para ter muitos pontos de Feira, isso leva tempo mas parece que é o caminho. Nas empresas eles tratam a gente sem dó e nem piedade, é tudo na concorrência, preço na planilha comparando com o atacado. Temos que vencer o atacado. Eles não querem saber de nossa história, que temos só 1 ha produzindo, que tem gente idosa no grupo, que falta mão de obra e carro para transporte, que a chuva prejudicou a horta, que sobra abóbora, não, eles querem o pedido do dia. Sem falar na burocracia dessas vendas que consome nosso tempo e dinheiro, e a gente vai ficando doido entre a cruz e a espada: entrar no jogo de ganhar mais, que nem é tanto assim, ou ganhar menos com qualidade de vida. Mas vamos honrar os contratos que vão até ano que vem, só se eles quiserem quebrar. (Entrevista com assentado no PA 20 de Março, em Três Lagoas, concedida a Rosemeire A. de Almeida, em 23/01/2017).

Esses anos de vigência da política nacional de Reforma Agrária evidenciaram a pertinência das considerações de Martins (1989), no livro “Caminhada no Chão da Noite”, quando este apontava o equívoco da Lei de Reforma Agrária aprovada pelo Parlamento

¹³ A respeito dos impactos no modo de vida camponês, consultar: SILVA, Mariele de O. **A (re)criação do campesinato em Cáceres/MT e no contexto de expansão territorial do agronegócio em Três Lagoas e Selvíria em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2014.

¹⁴ O assentado refere-se à proposta da Fibria, realizada em 2016, de contrato anual para compra quinzenal de produtos das hortas para suprir demanda de 3.500 refeições.

Brasileiro no final dos 1980, refletido na substituição da luta pela terra de vida e trabalho da práxis camponesa, entendida como possibilidade de emancipação política e libertação, pela luta pela Reforma Agrária. Esta última capturada pelo discurso economicista da associação entre propriedade e produção, em que o Estado assume o discurso da burguesia-rentista.

Ao colocarem, no lugar da luta pela terra, a luta pela reforma agrária, fizeram confusões fatais. [...] Vítimas do economicismo empobrecedor, tão presente nas “teorias” de diferentes grupos de esquerda, não conseguiram compreender que o problema não era nem o da produtividade nem o da produção e sim o problema político representado pelo regime de propriedade vigente, que reinstala continuamente as bases econômicas e de classe do conservadorismo político e do autoritarismo. (MARTINS, 1989, p. 93-94, grifo do autor).

A Reforma Agrária atrelada à associação entre propriedade e produção criou uma armadilha aos assentados, uma vez que a legitimidade de sua permanência na terra é garantida pela moderna economia. Quando o Estado nega a eles os mínimos vitais necessários ao trabalho de produzir, abre a possibilidade da “evasão”. É essa Reforma Agrária inconclusa que permite o reforço dos mitos dos lugares-comuns, aqueles em que a Reforma Agrária perdeu validade: “Reforma Agrária não dá certo, é muito cara”; “sem-terra não tem aptidão agrícola, pega terra para vender”; “Reforma Agrária é coisa do passado”. A superação dos lugares-comuns exige coragem para desnudar o conteúdo da (não) Reforma Agrária, inclusive para denunciar que, quando o Estado não cumpre as ações para permanência dos assentados na terra, previstas em Lei, não se está diante da evasão. Esse processo tem outro nome: exclusão.

Na atualidade, a intervenção das papeleiras nos assentamentos atende a lógica dessa armadilha, o que agrava o alerta de Martins (1989), pois a Reforma Agrária produtivista não tem como horizonte a “justiça social”, entendida como democratização da terra e libertação pessoal –, bem por isso se tornou alimento do mercado de terras e da dominação. Todavia, ainda permanece na fala camponesa a utopia da terra e liberdade frente ao julgo capitalista: “Vida digna é não precisar pegar nada de ninguém, tendo sempre o que tirar dentro do lote”.

A coisa melhor que tem é vida digna. Você não ficar ralando por causa disso, daquilo, se sentindo um objeto. Então é preciso uma vida digna para você sentar numa cadeira, num banquinho, em qualquer lugar, e ter o prato de comida, recheadinho com uma folha em volta [...]. Vida digna é não precisar pegar nada de ninguém, tendo sempre o que tirar dentro do lote ou adquirir o dinheiro dentro do lote para comprar fora o que a gente precisa. Então é isso, meu sonho é ter uma vida digna. (Entrevista com assentado no PA São Joaquim, em Selvíria, concedida a Rosemeire A. de Almeida, em 06/08/2013).

Apesar dos camponeses assentados representarem, contraditoriamente, a “presença incômoda” no Bolsão, esses quase dez anos de atuação do capital celulósico têm revelado também, no tocante a relação das papeleiras com os assentamentos rurais, a reprodução do modelo da dominação pessoal. A “ajuda” recebida pelos assentados é a porta de saída da emancipação política – ou, como diria Martins, é o “bocado” sem direito a “boca”, aquela “que se alimenta, que também fala, mesmo quando não tem o que comer. E ao falar expressa uma consciência, o espírito, uma consciência utópica de que o comer é subsidiário do falar e do pensar, do querer e do transformar”. (2000, p.81).

A marca do Bolsão é a ausência do Estado nos assentamentos, bem por isso avançam as ações sociais das papeleiras nas áreas de Reforma Agrária. Mas, há ambiguidades, e neste desencontro esperança feita de festas, hortas, educação e agroecologia. Ou seja, há práticas libertárias em andamento com todas as dificuldades próprias das ações a contrapelo. Exemplo é a recuperação das nascentes no assentamento “São Joaquim”, em Selvíria, e os projetos no PA “20 de Março” voltados a implementar canais curtos de comercialização (CCC), como feira livre e venda direta de sacolas com produtos das hortas – projetos coordenados pela UFMS/Campus de Três Lagoas. São pequenos sinais de esperança no vazio do monocultivo do eucalipto. São marcas de histórias vividas no cotidiano da terra de trabalho confrontada com a terra de negócio, como diria Martins, em seus velhos e bons tempos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire A. de. A questão agrária, internacionalização e crise agroambiental. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-27, jun./2014.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. Territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul: sobreposição do uso da terra em relação a outros modos de vida. In: MENEGAT, Alzira S., PEREIRA, Veronica A. (Orgs.). **Movimentos sociais em redes de diálogos: assentamentos rurais, educação e direitos humanos**. Dourados: UFGD, 2013, p. 99-122.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. A nova fronteira do eucalipto e a crise da reforma agrária. **Boletim DATALUTA**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, n. 60, p. 02-10, dez. 2012ª. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. Impactos Socioambientales de la Expansión del Eucalipto en el Cerrado Brasileño. **Revista Estudios Sociales Contemporáneos**. Mendoza/Argentina:

Instituto Multidisciplinario de Estudios Contemporáneos, v. 5-6, p. 15-26, 2012b. (ISSN 1850-6447).

ALMEIDA, Rosemeire A. de. Reforma Agrária é Exclusão no Bolsão. **Jornal do Povo de Três Lagoas**. Disponível em: <<http://www.jpnews.com.br/ler.php?id=74255>>. Acesso: 25 fev.2015.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**. A luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. 2. ed. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS – ABRAF. **Anuário estatístico da ABRAF 2011**. Brasília: ABRAF, 2011. 145p.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BARTRA, Armando. **Elogio de la diversidad: globalización, multiculturalismo y etnofagia**. 2. ed. México: Siglo XXI Editores, 2007.

BARTRA, Armando. **Esa quimera llamada campesino**. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2015/04/10/opinion/026o1eco>>. Acesso em: 10 ago. 2015a.

BARTRA, Armando. **Economia Política do Campesinato**. São Paulo: ENFF abr. 2015b. (Coletânea n. 21).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BUCIERI JR, Francisco Paulo. Quarenta Minutos com Engenheiros Florestais – ABEEF/ 2010. Lavras, 2010. (Mimeo).

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra. Presidente Prudente: NERA/FCT-Unesp, 2012. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

FIBRIA. **Resumo do plano de manejo**. Unidade Florestal MS. Três Lagoas. 4. ed. Julho, 2011.

FIBRIA. **Relatório de Sustentabilidade 2014**. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/r2014/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

GARCIA JR., Afrânio. Libertos e sujeitos - Sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 7, vol.3, jun. 1988.

GIARRACCA, Norma, LEVY, Bettina (Orgs.). **Ruralidades Latinoamericanas**. Identidades y Luchas Sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

GRONEMEYER, Marianne. Ajuda. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 339-354.

Harvey, David. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Quito: Editorial IAEN, 2014.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

KUDLAVICZ, Mieceslau; ALMEIDA, Rosemeire A. de. Reforma Agrária sitiada: incremento del precio del suelo en Mato Grosso do Sul, Brasil. **Observatorio del Desarrollo**. México: Universidad Autonoma de Zacatecas, 2015. p. 63-68.

KUDLAVICZ, Mieceslau; ALMEIDA, Rosemeire A. de. Em tempos de “privatização” da reforma agrária, a necessária *práxis* do bem comum. **Boletim DATALUTA**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, n. 60, p. 01-06, fev. 2014. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo Celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

KUDLAVICZ, Mieceslau, MOTA, Juliana G. B. Não é bondade, é devolução. **Jornal do Povo de Três Lagoas**, edição de 17 mai.2008.

LEMES, Mariana Santos. **Territorialização do capital e as contradições da educação do campo na microrregião de Três Lagoas (MS)**. 2014. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

LENDE, Sebastián Gómez. Indústria florestal e acumulação por desapropriação na Argentina: o caso de Alto Paraná S.A. na Província de Misiones. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 11, n. 22, p. 38-68, abr. 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação de Capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária**. O impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MELO, Danilo S. **Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000 – 2012)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2015.

NARDOQUE, Sedeval, ALMEIDA, Rosemeire A. de. Território Rural do Bolsão (MS): Realidade e Perspectivas. **Boletim DATALUTA**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, p. 02-10, jan. 2015^a. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

NARDOQUE, Sedeval. Questão agrária no Território Rural do Bolsão/MS. In: **Anais... ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 23, 2016, Aracajú. Aracajú: UFS, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A mundialização da agricultura brasileira. **Actas XII Colóquios de Geocrítica**, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 13 nov.2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PETRAS, James, VELTMEYER, Henry. Surgimiento y muerte del capitalismo extractivo. México. **Observatorio del Desarrollo**, vol. 3, n. 9, 2014.

PLOEG, Jan Douwe V. D. Sete Teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, PAULO (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PLOEG, Jan Douwe V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIGOTTO, Raquel Maria. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, vol. 12, n.1, p. 123-140, jun. 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Mariele de O. **A (re)criação do campesinato em Cáceres/MT e no contexto de expansão territorial do agronegócio em Três Lagoas e Selvíria em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2014.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Discursos ocultos. Traducción de Jorge Aguilar Mora. Colección Problemas de México. México: Ediciones Era, 2004.